

# Algumas questões envolvendo a competitividade da produção agropecuária gaúcha: notas para discussão

---

*André Geraldo Cirne Lima\**

**1.** A identificação da perda de competitividade do Rio Grande do Sul ocorre nos supermercados (que respondem por, aproximadamente, 80% das vendas de alimentos no País), naqueles produtos provenientes de outros estados ou países que passam a ocupar espaço com qualidade igual ou superior e preços inferiores aos dos produtos produzidos no Rio Grande do Sul.

Os preços dos produtos, que se formam pela adição dos custos dos insumos e dos fatores de produção, têm dois componentes básicos, que são:

- as quantidades utilizadas pelas nossas empresas e que têm estreita correlação com os níveis de produtividade; e
- os preços unitários, que estão relacionados com a oferta existente no Rio Grande do Sul e que, na maioria das vezes, fogem da gestão do empreendedor agropecuário.

Como exemplo, podemos citar o custo de energia de uma lavoura irrigada, que é composto pela quantidade de energia gasta pelo produtor (envolvendo a sua eficiência) e pelo preço unitário cobrado pela CEEE, que pode ser maior, igual ou menor que o pago pelo concorrente do produtor.

As vantagens e as desvantagens competitivas estabelecidas entre regiões levam ao afastamento dos mercados, por pressão de competidores de outras regiões, provocando a redução da atividade econômica.

---

\* Coordenador de Assessoria da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Essa lembrança conceitual tem como objetivo reforçar que as questões de competitividade obrigam a que sejam bem conhecidos os competidores efetivos ou potenciais concorrentes do Rio Grande do Sul nos diferentes mercados. É óbvia a necessidade adicional de termos um perfeito domínio da nossa estrutura produtiva, bem como dos mercados de consumo.

**2.** O nosso estado tem uma produção agropecuária fortemente exportadora para outras regiões do Brasil e para outros países.

O Rio Grande do Sul comercializa, fora de suas fronteiras: trigo e farinha de trigo; soja, óleo de soja e farelo de soja; fumo; carne de frango; carne suína; carne bovina; arroz; leite; etc.

Os percentuais que se dirigem para outros mercados oscilam dos 40% aos 80% (arroz, óleo de soja, etc.), caracterizando a necessidade de competir com produtos ofertados por outras regiões ou países, muitas vezes com maior capacidade competitiva, seja por questões tecnológicas, seja por menores preços de insumos ou por vantagens logísticas, seja por diferenças de tratamento tributário, dentre outras.

**3.** Recentemente, o Rio Grande do Sul enfrentou e está ainda enfrentando acirrada concorrência na oferta de carne de frango nos principais mercados brasileiros e, inclusive, no mercado gaúcho, em decorrência da forte elevação da oferta.

O oligopólio representado por um pequeno grupo de supermercados detendo expressiva fatia do varejo de alimentos conduziu, inclusive pela centralização das compras, a um aviltamento do preço da carne de frango, simultaneamente com um expressivo aumento dos preços do milho e do farelo de soja (insumos mais significativos na formação do custo do frango). Observou-se, então, forte geração de prejuízos financeiros, decorrentes do esforço das empresas em manter ou conquistar espaço nas prateleiras dos supermercados, em sintonia com o decorrente processo de concentração industrial.

Nesse tumultuado cenário, verifica-se que a oferta de milho no Rio Grande do Sul é insuficiente para atender à demanda e apresenta perfil de competitividade inferior à encontrada no Estado Paraná e no Centro-Oeste. A oferta de farelo de soja no Rio Grande do Sul está também concentrada em duas indústrias (Grupo Bunge e Bianchini), que detêm expressiva porcentagem do esmagamento.

A produção de trigo apresenta condições inferiores de competitividade com relação à Argentina e ao Paraná e, pela concentração de pequenas e médias indústrias moageiras (exceção em termos de Brasil, que apresenta forte concentração industrial), sofre, ainda, a competição com a da farinha argentina, que vem aumentando sua participação nos nossos mercados.

A lavoura e a indústria orizícola, com boa produtividade física, encontra nos seus elevados custos, como, por exemplo, o de transporte (pelo modal de logística rodoviário ainda utilizado), problemas de competitividade nos mercados mais ao norte, com competidores do Mercosul.

A pecuária de corte apresenta índices de natalidade ainda muito baixos, aliados a uma terminação deficiente, que induz a uma elevada idade média de abate e a baixos rendimentos físicos.

Para esses problemas levantados, o Estado desenvolveu esforços no sentido de reverter os quadros adversos espelhados na menor competitividade, estabelecendo programas como: Carne de Qualidade; Programa de Aumento da Produção de Terneiros; Programa de Retenção/Terminação de Terneiros; Programa de Recuperação da Competitividade da Lavoura Orizícola; Programa de Recuperação da Indústria de Aves; Programa para o Aumento da Produção do Milho; Programa para a Produção de Uva e Vinho.

Esses programas, com a adoção de recursos públicos estaduais e federais e em conjunto com a iniciativa privada, bem como com ações, principalmente, de coordenação na cadeia produtiva, objetivam reverter situações de perda de competitividade, mantendo e/ou aumentando o fluxo produtivo e/ou comercial, assim como assegurando renda às diferentes cadeias produtivas.

**4.** A análise das diferentes questões que afetam, especialmente, a produtividade dos nossos produtos agropecuários remete a discussão para o tamanho das lavouras e das propriedades rurais.

Em recente trabalho elaborado pela ABAG-RS e pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, foi dado destaque ao tema da competitividade da pequena propriedade rural do Estado. Certamente este é o problema mais grave a ser enfrentado no atual contexto. Impressiona a enorme quantidade de pequenos produtores, o que talvez posicione o Rio Grande do Sul como o Estado com maior concentração de pequenas propriedades operando com produtos de baixo valor adicionado e baixa rentabilidade por área. A concentração chega a ser dramática:

- 95% dos produtores de soja cultivam o grão em áreas inferiores a 50ha e respondem por metade da produção do Estado. Da mesma forma, 80% dos produtores de milho utilizam menos de 50ha e 45% menos de 20ha. A área média das lavouras de trigo é de 12ha. A área média cultivada pelos fumicultores é inferior a 2ha, sendo que 88% dos produtores possuem propriedades com menos de 25ha;
- 77% dos suinocultores possuem até quatro matrizes (92% possuem até nove). Quase 40% dos suínos são produzidos para uso caseiro;
- 80% dos produtores de leite entregam até 30 litros por dia, sendo responsáveis por mais da metade do leite produzido no Estado;
- 70% das lavouras de arroz no Estado são cultivadas em áreas arrendadas. A estratificação mostra que 81% das lavouras (quase 8.000 produtores) são menores que 100ha, respondendo por 30% da produção total. Por outro lado, apenas 2% das lavouras (cerca de 250 produtores) cultivam áreas superiores a 400ha e produzem 27% do arroz gaúcho.

Na pecuária de corte, o mesmo problema aparece com uma propriedade média de mais ou menos 200ha, que promove, no sistema intensivo de produção, insuficiência de renda para a manutenção desse tipo de atividade.

**5.** Nosso estado sofre de um paradigma entre a sua metade norte ("pequenas propriedades" agrícolas e de criação de pequenos animais) e a sua metade sul ("grandes propriedades" dedicadas à produção de arroz e à pecuária de corte extensiva), necessitando de uma profunda reflexão sobre o negativo papel desempenhado pelas *commodities* na geração de renda da "pequena" propriedade rural, bem como de novas oportunidades de produção e de mercado, aliadas a ações destinadas a promover a diversificação da produção na metade sul do Estado, especialmente com lavouras.

Não basta resolvermos os problemas relativos à produtividade do Setor Primário se, como resultado final, não conseguirmos alcançar ao produtor uma renda que lhe permita permanecer no campo produzindo. Essa dificuldade aumenta, na medida em que aumentam a renda e a qualidade de vida do trabalhador/classe média urbana.

Junto à questão da reforma agrária, terão que ser discutidos programas que permitam a concentração de propriedades, viabilizando novamente produtores e regiões de nosso estado.

Assim, entende-se que o problema fundiário do Estado não é único e nem passa só pela "distribuição de terras", sendo bem mais complexo e exigindo uma avaliação da presença desses produtores em mercados competitivos.

E, finalmente, cabe lembrar que a questão da competitividade também deve contemplar a análise da cadeia como um todo e não só de determinados setores, pois os custos são repassados entre os elos de uma mesma cadeia produtiva.